

# Política de família

A APFN tem vindo a denunciar há vários anos a ausência de política de família em Portugal. Se isso era verdade há dois ou três anos, em que não havia política de família, mas havia vontade política, uma vez que existia uma entidade coordenadora e um conselho consultivo fortemente motivados para inverter o estado de coisas, hoje em dia nem isso existe.

Com efeito, e pela primeira vez em vinte e tal anos, «família» é um assunto que o governo evita referir, e mantém-se totalmente indiferente aos cada vez mais preocupantes indicadores do estado das famílias em Portugal, como é o caso do cada vez menor número de casamentos e cada vez maior número de divórcios. Pelo contrário, não só não se preocupa, como é frequente ouvirmos pessoas próximas do governo a «desdramatizar», ajudando a atrasar a tomada de medidas sérias contra este estado de coisas.

Isto não quer dizer, de forma alguma, que o governo não esteja a tomar medidas positivas. A questão é que, por não estarem inseridas dentro de uma política de família, acabam por ser medidas soltas, desgarradas, a par com outras de sinal contrário, retirando-lhes, por conseguinte, força política: «não há mensagem».

«Necessitamos de políticas que promovam a indispensável estabilidade conjugal de que, naturalmente, resultará não só um aumento de nascimentos, como, também, uma inversão dos preocupantes indicadores de comportamento infantil e juvenil.»

Por exemplo: o governo está preocupado (e com razão) com a baixa taxa de natalidade, que põe em causa a sustentabilidade do sistema de segurança social, tendo avançado com propostas que incluem a penalização de quem não tem filhos... mas, ao mesmo tempo, está muito empenhado no emprego do aborto químico nos hospitais públicos e na sua liberalização. Como, também, tem vindo a encerrar maternidades, embora talvez fosse melhor e mais útil promover a natalidade nesses locais, e tem vindo a demonstrar a vontade de permitir a instalação de clínicas abortivas em Portugal.

No que diz respeito ao Ministério da Educação, várias medidas importantes têm vindo a ser adoptadas, enfrentando os *lobbies* que o têm dominado nas últimas dezenas de anos, como é o caso da alargamento da validade dos manuais escolares e sua pré-qualificação. No entanto, as medidas propostas no que diz respeito àquilo a que chama de «educação sexual» ou «educação para a saúde» são bastante negativas, uma vez que se arma em «Estado educador», sobrepondo-se à vontade dos pais neste domínio tão sensível.

Ainda, como medidas positivas, temos a referir a sua preocupação com o flagelo do desemprego que afecta tantas famílias. Mas, por outro lado, continua embarcado em megalománias, pouco próprias num país hiperendividado, dando um péssimo exemplo às famílias em como é importante gerir os seus orçamentos, resistindo aos crescentes apelos da sociedade de consumo em que vivemos...

Resumindo, as medidas positivas que o governo tem vindo a anunciar são pouco perceptíveis por não estarem inseridas numa necessária política de família.

Nem Portugal nem nenhum país necessitam de uma «política natalista». Aliás, uma «política natalista» é sempre desumana, porque acaba por ver a pessoa como um objecto. «Políticas natalistas» são apenas aceitáveis e, eventualmente, recomendáveis em pecuária, a fim de se fazer face às necessidades alimentares. Precisamos, sim, de políticas que promovam a indispensável estabilidade conjugal de que, naturalmente, resultará não só um aumento de nascimentos, como, também, uma inversão dos preocupantes indicadores de comportamento infantil e juvenil. Obviamente, tal só será possível quando o governo perceber que tem um gravíssimo problema entre mãos e, infelizmente, estamos muito longe disso.

## Fernando Castro

Presidente da Associação Portuguesa de Famílias Numerosas (APFN)

